



CELEBRAR A CONSCIÊNCIA NEGRA COM PREOCUPAÇÃO EM RELAÇÃO AO QUE VEM POR AÍ

Desde 2005, a Petrobrás integra o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, promovido pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres e apoiado pela Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres). Segundo a Petrobrás, esse Programa tem como propósito a eliminação de todas as formas de discriminação no acesso, na remuneração, na ascensão e na permanência no emprego.

Em seu balanço social de 2017, a empresa informa que já foi contemplada cinco vezes consecutivas com a certificação do Selo Pró-Equidade. Durante o período do Plano de Ação 2016-2018, a Petrobrás promoveu uma pesquisa interna para conhecer a evolução das carreiras em nossa companhia, sob os aspectos de cor/raça e gênero.

No mês (novembro) da celebração da Consciência Negra, os empregados negros da Petrobrás debatem como sua presença na empresa ainda carece de maior representatividade.

“Por ser mulher e negra na Petrobrás, onde atuo 16 anos, na área industrial, sempre sofri questionamentos sobre minha capacidade. Ao longo desse período passei por situações de preconceito e constrangimento. Ser mulher e negra e Petrobrás não é fácil, mas resistimos com muito esforço” - conta Márcia Francisco Paixão, técnica de operações do TABG.

Com três anos na BR Distribuidora, onde atua como

assistente social, Francineide Abreu diz que não importa a qualificação, pois os negros e negras ainda sofrem com o preconceito.

“Eu continuo sendo parada na porta do banco, sendo seguida em loja. Então o não lugar é qualquer lugar. Porque sempre existe aquela visão de que eu não possa ter dinheiro para comprar e posso ser uma ‘ameaça’ à segurança bancária. Enfim, o tempo inteiro precisamos lidar com esse tipo de situação e resistir” - disse em depoimento em um encontro promovido pelo GT de Diversidade ocorrido em 31 de julho último no Sindipetro-RJ.

Estamos às vésperas do início do novo governo, cujo presidente eleito, Jair Bolsonaro, é identificado com uma retórica racista, como evidenciado pelo tom depreciativo de muitos dos seus discursos, que minimizam questões importantes como políticas de reparação.

“Eu fui num quilombo, o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gastado com eles” - em discurso no Clube Hebraica em 2017.

Especialmente diante dessa nova realidade, em que o exercício do poder político do país estará a cargo de um grupo político de mentalidade arcaica e descompromissado com as reparações históricas do Brasil, o que o trabalhador e a trabalhadora negros do sistema Petrobrás e de todo Brasil podem esperar diante deste contexto?

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA - REFLEXÃO E LUTA.

Uns questionam por que dedicar um dia para determinado grupo social em detrimento dos outros e outros por que somente um dia e um mês. Longe de respondermos a essas questões queremos refletir juntos sobre alguns porquês e a necessidade de se manter a luta permanente no combate as diferentes formas de racismo no Mundo, no Brasil e na Petrobras.

Primeiramente, 20 de novembro

é a data de morte de Zumbi dos Palmares, um símbolo da luta do povo negro no Brasil. Zumbi foi o líder do Quilombo dos Palmares localizado em Alagoas, um lugar onde negros que fugiram da escravidão se somavam a índios e até mesmo a brancos viviam em comunidade fugidos da exploração e das crueldades da escravidão. Neste dia o Quilombo foi atacado e Zumbi morreu, ao lado de Dandara, sua mulher e de outros tantos guerreiros que morreram

como foi sua vida, na luta.

Portanto, esse dia não é uma mera homenagem ou lembrança. É o registro de um passado do Brasil que não pode ser esquecido para que jamais se repita e também para aclamar a luta e resistência do povo negro, que foi retirado de sua terra, sua cultura, seus familiares, comunidades e religiosidade para atender, com a vida e com o trabalho as necessidades de exploração econômica.

A IMPORTÂNCIA DA LEI 10.639

Em 09 de Janeiro de 2003 foi promulgada a Lei 10.639 que estabelece a obrigação de se ensinar nas escolas a História e Cultura Afro-Brasileira.

O objetivo dessa lei é combater o racismo em nossa sociedade através da educação, visto que em nossa educação existe uma supervalorização da história e cultura branco-europeia em detrimento das africanas e ameríndias.

Se conseguíssemos implantar de fato essa lei teríamos uma desconstrução dos preconceitos difundidos na sociedade brasileira, utilizando a educação como ferramenta para construir uma sociedade mais justa e igualitária. Conhecer a nossa história nos permite compreender como o racismo funciona no país, permitindo combatê-lo, além de valorizar a cultura negra tirando-a do lugar de folclore.

Para, além disso, a implantação dessa lei literalmente salva vidas, pois uma



educação onde o indivíduo se vê positivamente o estimula o frequentar a escola, e segundo um estudo do IPEA a cada 1% a mais de jovens nas escolas os homicídios caem 2%, ou seja, se tivermos uma escola onde a população negra se enxergue positivamente isso

irá diminuir o número de jovens negros assassinados.

Porém o que vivenciamos é a atuação do racismo estrutural impedindo a implantação dessa lei de diversas formas, uma das mais cruéis é o "SEM PARTIDO", pois tenta impedir a difusão do conhecimento científico e submeter à educação a uma censura moral dos conservadores.

O próximo período nos trará muitos desafios, pois teremos um governo abertamente racista, precisamos defender as nossas conquistas e essa lei é fundamental para o combate do racismo. Temos o dever de vincular a defesa da Lei 10.639, com a defesa das cotas raciais nas universidades e concursos públicos, com o combate ao extermínio da juventude de negra e com a luta contra o projeto escola sem partido.

INTOLERÂNCIA POLÍTICA

Os assassinatos da vereadora Marielle Franco e de seu assistente Anderson, mortos a tiros no dia 14 de março de 2018, na região central do Rio, e a morte brutal, em Salvador, no 7 de outubro, de Mestre Moa do Katendê, assassinado por 12 facadas após uma discussão política, mostram o quanto, atualmente, o debate político no Brasil reflete o discurso de intolerância que marcou as últimas eleições.

Essa relação se confirma quando um candidato a governador de estado e candidatos ao legislativo exibem como troféu a retirada de uma placa de rua alusiva a Marielle Franco, como aconteceu na campanha eleitoral do Rio de Janeiro. Os personagens do espetáculo dantesco foram o candidato ao gover-

no do Rio, Wilson Witsel, e os seus colegas candidatos do PSL, o policial militar Daniel Silveira e o advogado Rodrigo Amorim, hoje eleitos, respectivamente deputado federal e deputado estadual, conforme vídeo postado em redes sociais e em que foi assumida a ação.

Os três alegaram na época que a placa, por esconder o nome de uma praça, representava uma depredação do patrimônio público, mas na verdade a homenagem foi no local que Marielle morreu e foi votada na câmara de vereadores com quase unanimidade dos votos.

Já o mestre de Capoeira, Moa do Katendê, morreu por crime de opinião ao declarar que não votou no presidente eleito Jair Bolsonaro.

A vereadora Marielle Franco e Moa do Katendê eram reconhecidos ativistas ligados também à luta da igualdade racial no Brasil. A morte de ambos, por suas representatividades, configura-se igualmente um atentado contra a luta dos negros brasileiros



por maior representatividade e participação na política do país.

Por isso, a impunidade do caso Marielle e Anderson e a forma como Mestre Moa do Katendê foi assassinado marcam o mês da Consciência Negra, e representam que ainda há muito que se fazer na resistência contra aqueles que não respeitam a luta do povo negro no Brasil, e suas merecidas reparações históricas.



Sindipetro RJ

Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro

www.sindipetro.org.br

(21)3034-7300/7326

Comunicação: Antony, Carla Marinho, Coaracy, Eduardo Henrique, Gustavo Marun, Natália Russo, Vinícius Camargo | (21)3034-7307/7337

Edição e redação: André Lobão (MTb 28.307-RJ)

Secretaria: Ronaldo Martins | **Diagramação:** Adriana Gúlias

Projeto Gráfico: Caio Amorim | **Impressão:** MEC | **Tiragem:** 7.000

A LUTA QUILOMBOLA: CAMINHOS E PERSPECTIVAS

O direito das comunidades remanescentes de quilombos no Brasil hoje está pautado primeiramente pelo Art. 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, que dispõe que o Estado deverá emitir o título de propriedade aos remanescentes de comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras.

O artigo foi uma grande vitória do Movimento Negro durante a constituinte, mas necessitou ser regulamentado posteriormente por divergências acerca de sua auto aplicabilidade.

A sua regulamentação, portanto, foi e continua sendo objeto de disputas entre os setores favoráveis às medidas de reparação à população negra por meio do acesso ao território – dentre outras políticas afirmativas – e os setores contrários tanto às políticas de reparação quanto às políticas de democratização do acesso à terra no Brasil.

Neste contexto de luta, o Centro de Assessoria Jurídica Mariana Criola é um coletivo de advogadas de direitos humanos que atua há mais de 15 anos ao lado dos movimentos sociais nas lutas por terra, trabalho, território e direitos de maneira geral. O coletivo está articulado na Rede Nacional de Advogadas e Advogados Popular (RENAP), que reúne profissionais de Direito comprometidos com as causas sociais por todo Brasil.

O Sindipetro-RJ, em razão de sua histórica luta popular, conversou com uma representante do coletivo Mariana Criola, a advogada Aline Caldeira.

COMO ESTÁ O ANDAMENTO DA LUTA PELA TITULAÇÃO DAS TERRAS QUILOMBOLAS?

Até o momento, trinta anos após a Constituição Federal e o “Artigo 68”, ainda não foi possível uma composição parlamentar que garanta uma lei que regulamente o procedimento de titulação quilombola no Brasil. A política atualmente é pautada pelo Decreto Presidencial 4.887/2003, de autoria do então presidente Luís Iná-

cio Lula da Silva. Dentre os principais pontos do Decreto estão a definição da competência do INCRA para a condução da política, a afirmação do critério da auto atribuição do grupo como comunidade quilombola para o reconhecimento da identidade e a possibilidade de desapropriação da propriedade que seja demarcada como território quilombola.

O Decreto passou a ter sua constitucionalidade questionada no STF em 2004 pelo então Partido da Frente Liberal (PFL), hoje DEM e a ação tramitou até o ano de 2018, quando foi concluída, sendo julgada improcedente.

“
O cenário, portanto, é grave e vislumbra-se um forte aumento da concentração de terras e da violência no campo no próximo período. Resistir é preciso.”

Apesar da vitória, em um julgamento que mobilizou ativistas e comunidades quilombolas de todo o país, as recentes eleições presidenciais apontam para um governo contrário à manutenção da política de reconhecimento e titulação de territórios quilombolas no Brasil hoje, o que poderá significar a revogação do referido Decreto. Isso representaria um retrocesso para os procedimentos de titulação que estão em andamento ou mesmo concluídos.

Além disso, o próprio INCRA, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, poderá ser seriamente questionado no próximo governo, como uma Autarquia que possui, dentre suas principais atribuições, a realização da reforma agrária no país.

No entanto, a política quilombola poderá, no próximo período, fortale-

cer-se por meio dos tratados e convenções internacionais de direitos humanos, em especial a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho. Ela dispõe sobre os direitos dos povos indígenas e tribais e se aplica, por analogia, aos territórios quilombolas no Brasil. Juntamente com o Art. 68 dos ADCT da CF/1988 poderão dar suporte legal aos processos de titulação quilombola e fortalecer os territórios tradicionais no Brasil.

O cenário, portanto, é grave e vislumbra-se um forte aumento da concentração de terras e da violência no campo no próximo período. Resistir é preciso.

QUAL A PERSPECTIVA PARA O GOVERNO BOLSONARO, JÁ QUE ELE EM 2017, DURANTE UMA PALESTRA NO CLUBE HEBRAICA DO RIO DE JANEIRO, FEZ UMA FALA RACISTA CONTRA OS POVOS QUILOMBOLAS?

Este episódio simboliza bem o que representam as políticas de reparação ao passado escravocrata no Brasil, bem como as políticas de democratização do acesso à terra e ao território tradicional no futuro governo Bolsonaro.

Até então o grande desafio era fazer com que os discursos tivessem concretude e o condão de alterar, de fato, uma formação social brasileira marcada pelo racismo e pelo latifúndio. Hoje, ao contrário, nossa luta é para que os discursos se mantenham somente enquanto ideias, o que parece impossível.

QUAL A SITUAÇÃO DA MULHER QUILOMBOLA HOJE NO BRASIL?

A mulher quilombola está exposta ao risco de desmantelamento de toda a política quilombola que, com muitas debilidades, foi construída até aqui. Ela representa um setor ainda mais vulnerável ao desmonte das políticas públicas no campo que, em muitas situações estão relacionadas com a regularização do território. Para citar algumas: o acesso a creches, escolas, saúde, transporte público, dentre outras.

13/12
às 17h

REUNIÃO DO GT DE DIVERSIDADE E COMBATE ÀS OPRESSÕES
NO AUDITÓRIO DO SINDIPETRO-RJ

AGENDA CULTURAL:

A Caixa Cultural do Rio de Janeiro trás a **MOSTRA AFRICAS CINEMA E MEMÓRIA EM CONSTRUÇÃO**

DE 20/11 À 02/12/2018

PARTICIPE DO CIRCUITO DE HERANÇA CULTURAL AFRICANA

O SINDIPETRO-RJ está organizando um Circuito Herança Cultural Africana, junto ao Instituto Pretos Novos, para o dia **05/12, das 17 às 19h**. O Circuito é realizado por pontos na Região Portuária do Centro do Rio, cada um deles remetendo a uma dimensão da vida dos africanos e seus descendentes nessa Região.

CIRCUITO:

Largo de São Francisco da Prainha; Pedra do Sal; Morro da Conceição; Jardim Suspenso do Valongo; Centro Cultural Pequena África; Casa da Tia Ciata; Largo do Depósito; Armazém Docas Dom Pedro II; Cais do Valongo (Patrimônio Cultural da Humanidade - Unesco); Casa de Machado de Assis; Revolta da Vacina; Prata Preta; Centro Cultural José Bonifácio; Cemitério dos Pretos Novos.

PONTOS QUE SERÃO VISITADOS:

O Cais do Valongo e da Imperatriz representa a chegada ao Brasil. O Cemitério dos Pretos Novos mostra o tratamento indigno dado aos restos mortais dos povos trazidos do continente africano. O Largo do Depósito era área de venda de escravos. O Jardim Suspenso do Valongo simboliza a história oficial que buscou apagar traços do tráfico negreiro. A Pedra do Sal foi ponto de resistência, celebração e encontro. E a antiga escola da Freguesia de Santa Rita, o Centro Cultural José Bonifácio, referência da cultura negra, remete à educação e à cultura como instrumentos de libertação em nossos dias.

PONTO DE ENCONTRO DA CATEGORIA:

No SINDIPETRO-RJ (Av Passos, 34), às 16:45h, horário pontual da saída.

INSCRIÇÕES:

mpainetti@yahoo.com.br e natalia.sindipetroRJ@gmail.com, informando o nome completo, se é sindicalizado(a) ou não, a unidade de trabalho e telefone de contato. Informações pelos telefones: (21) 98739-8126 ou (21)96963-0858

SINDICALIZADOS NÃO PAGAM

NÃO SINDICALIZADOS R\$ 15,00



MUSICAL
ELZA SOARES,
no Teatro Riachuelo

DE 07/12 À 23/12/2018



LUIZ GAMA,
Uma voz pela
liberdade,
no Teatro Serrador

Últimas
apresentações:
dias 27 e 28/11/18.



Documentário e livros imperdíveis para saber mais sobre a Consciência Negra. Marielle Franco; Angela Davis; Lélia Gonzales; Carolina de Jesus e o filme 13ª Emenda estão entre os mais indicados.

